

**COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR**  
**ATA DA 185ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**Brasília, 7 de novembro de 2013.**

**1.0 – ABERTURA**

Às 14h20 do dia 7 de novembro de 2013, o Comandante da Marinha e Coordenador da CIRM, Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO, declarou aberta a 185ª Sessão Ordinária da CIRM.

**Membros e/ou Representantes que compareceram à Sessão:**

**Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil/PR)**

Sr. RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES (Titular).

**Ministério da Defesa (MD)**

Contra-Almirante RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE (Titular).

**Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

Secretário MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ (Representante).

**Ministério dos Transportes (MT)**

Sr. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (Titular).

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**

Sr. FRANCISCO QUIXABA FILHO (Suplente).

**Ministério da Educação (MEC)**

Sr. DANILO GIROLDO (Suplente).

**Ministério de Minas e Energia (MME)**

Sr. JOSÉ BOTELHO NETO (Suplente); e

Sr. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA (Representante).

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)**

Sr. LUIS FERNANDO MAGNANI (Representante).

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**

Dra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ (Suplente).

**Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Sr. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Titular);

Sr. PAULO ROGÉRIO GONÇALVES (Suplente); e

Sra. LEILA AFFONSO SWERTS (Representante).

## **Ministério da Integração Nacional**

Sr. HAROLDO NAZARENO MELO MONTEIRO (Titular)

## **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**

Sr. ANDRÉ FÁBIO DE SOUZA (Suplente);

## **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**

Sra. MARIÂNGELA DE LORENZO (Suplente)

## **Ministério do Turismo (MTur);**

Sr. MARCELO COSTA (Titular).

## **Ministério do Esporte**

Sr. JOSÉ ROBERTO GNECCO (Titular)

## **Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR)**

Sr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO (Representante).

## **Comando da Marinha (MB)**

Contra-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES (Titular); e

Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCELLO MELO DA GAMA (Suplente).

## **2.0 - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

### **2.1 - Adoção da Agenda**

O Coordenador da CIRM submeteu ao plenário a aprovação da Agenda Provisória, encaminhada aos membros no dia 18 de outubro, tendo a mesma sido aprovada sem alterações.

### **2.2 - Aprovação da Ata da Centésima Octogésima Quarta Sessão Ordinária da CIRM**

O Coordenador da CIRM participou que a Ata da 184ª Sessão Ordinária da CIRM e seus apensos foram encaminhados no dia 15 de outubro, por ofício, para apreciação de todos os Membros. Após pequenas correções quanto à forma, a Ata foi aprovada pelo plenário.

### **2.3 - Aprovação da Ata da Sessão Extraordinária 1-2013 da CIRM**

O Coordenador da CIRM participou que a Ata da Sessão Extraordinária 1-2013 da CIRM e seus apensos foram encaminhados no dia 18 de outubro, por ofício, para apreciação de todos os Membros. Após observações quanto à forma, a Ata foi aprovada com as alterações sugeridas.

## **3.0 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Contra-Almirante SILVA RODRIGUES para apresentar o subitem seguinte.

### **3.1 - Criação de Grupo de Trabalho para a Elaboração da Proposta Política do LEPLAC**

O Secretário da CIRM relatou que em 1988, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas

Sobre o Direito do Mar (CNUDM) e em 2004, apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da ONU, a proposta de estabelecimento do limite exterior de sua plataforma continental além das 200 milhas náuticas.

Em 2007, a CLPC não concordou totalmente com a proposta brasileira e encaminhou algumas recomendações para o país. Contudo, o Estado brasileiro resolveu apresentar uma proposta revisada à Comissão de Limites, em decorrência daquela apresentada pela ONU.

Dessa forma, foram realizadas novas aquisições de dados geofísicos, de modo a fundamentar a referida proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas.

Diante dos avanços já obtidos na Área Sul, foi criado um Grupo de Trabalho para a Elaboração de uma Proposta Política do LEPLAC, desta região, conforme deliberado pela Subcomissão para o LEPLAC.

Após o relato, o Almirante SILVA RODRIGUES apresentou a proposta de criação do **GT** para a Elaboração de uma Proposta Política do LEPLAC para a Área Sul, conforme deliberado pela Subcomissão para o LEPLAC, em sua última Sessão Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2013.

A proposta foi analisada pelo plenário e, após a leitura da Resolução nº 9/2013/CIRM e da respectiva Portaria, o Coordenador da CIRM declarou aprovada a criação do Grupo de Trabalho para a Elaboração de uma Proposta Política do LEPLAC e assinou a Portaria correspondente.

### **3.2 - Escolha de Representante Brasileiro na Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Almirante SILVA RODRIGUES para discorrer sobre esse assunto, tendo o Secretário relatado que em 2011, o Dr. KAISER DE SOUZA, Chefe do Departamento de Geologia Marinha do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), indicado pelo Governo Brasileiro, foi eleito membro da Comissão Jurídica e Técnica da ISBA, para o mandato de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

No entanto, no início de 2013, o Dr. KAISER afastou-se das suas atividades dentro do Governo, tendo no dia 8 de outubro último apresentado carta de renúncia para que o Brasil pudesse eleger um novo representante junto à referida Comissão.

Na 184ª Sessão Ordinária da CIRM, o nome do Capitão-de-Mar-e-Guerra CARLOS ROBERTO LEITE foi citado, pela grande maioria dos membros, como potencial candidato para ser indicado como representante brasileiro. Na mesma ocasião, deliberou-se que nesta Sessão Ordinária seria realizada a escolha do substituto do Dr. KAISER.

Após o relato, o Almirante SILVA RODRIGUES consultou se os membros concordavam com a

indicação do Comandante CARLOS LEITE e facultou para que o plenário pudesse indicar outros nomes para substituir o Dr. KAISER na Comissão Jurídica e Técnica da ISBA. Não havendo a indicação de outro nome, o Coordenador declarou ratificada pela CIRM a indicação do Capitão-de-Mar-e-Guerra CARLOS ROBERTO LEITE, a ser encaminhada oficialmente pelo MRE ao Conselho da ISBA, como o representante brasileiro junto àquela Comissão.

#### **4.0 - GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MMA, Dr. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI que, por sua vez, solicitou que a Sra. LEILA SWERTS apresentasse os informes técnicos referentes ao GI-GERCO. A Sra. LEILA informou que da 47ª Sessão Ordinária do GI-GERCO, realizada no dia 15 de outubro, caberia destacar os seguintes tópicos:

##### **a) GT-Portos: conclusão dos trabalhos e decisões**

A respeito das atividades do GT-Portos, a Sra. LEILA agradeceu à SECIRM pelo ofício encaminhado ao coordenador da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) recomendando o apoio à elaboração dos Zoneamentos Ecológicos-Econômicos (ZEE) estaduais; e

Em decorrência dos trabalhos do GT, a Secretaria Especial de Portos (SEP) enviou mensagem ao Departamento de Zoneamento Territorial onde registra: "Solicitar ao MMA apresentação dos instrumentos necessários para elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, Carta SAO e demais instrumentos pertinentes ao tema relacionados ao gerenciamento da zona costeira".

##### **b) Zoneamento Nacional de Óleo e Gás**

No dia 10 de outubro aconteceu o lançamento do Zoneamento Nacional de Óleo e Gás elaborado para apoiar o MME no planejamento energético. Sobre esse assunto, o GI-GERCO solicitou que o MME apresente o estudo ao GT Uso Compartilhado.

##### **c) Workshop Brasil-Noruega sobre gestão marinha integrada**

Missão da Noruega formada por técnicos da área internacional estiveram no MMA participando de conversações e de Seminário Técnico com significativa troca de experiências. Pelo lado brasileiro estiveram presentes membros da SECIRM, Secretaria Especial de Portos, Ministério da Pesca e Aquicultura, técnicos do IBAMA, ICMBio, e representantes dos estados de Pernambuco e Espírito Santo.

Ao final do workshop, o MMA solicitou à Noruega que as próximas missões não sejam compostas apenas por representantes de meio ambiente, e que inclua tomadores de decisão de pastas setoriais para compartilhar experiências com os gestores brasileiros.

#### **d) Representação da Sociedade Civil**

Sobre a representação da Sociedade Civil no GI-GERCO, a Sra. LEILA informou que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) abriu processo de eleição de representantes, que teve como resultado a indicação do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental. Espera-se, desta forma, maior visibilidade da representação do CONAMA no Gerenciamento Costeiro, com a participação do novo membro a partir da próxima reunião do GI-GERCO;

#### **e) Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**

Com o objetivo de nivelar informações e conhecimentos entre os membros, foi realizada na 47ª Sessão do GI-GERCO uma apresentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Os membros puderam conhecer a complexidade e abrangência dessa legislação e principalmente, as restrições e condicionantes aplicadas a cada uma das categorias de UC.

O SNUC hoje cobre 16,9% do território continental e 1,9% do território marinho, perfazendo uma área de 1,48 milhão de Km<sup>2</sup>.

#### **f) Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), metodologia e elementos necessários a sua elaboração e implementação**

Como desdobramento do GT-Portos foi apresentado ao colegiado o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), esclarecendo-se que o Zoneamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil e determina que o Poder Público Federal reúna e sistematize as informações geradas, inclusive pelos Estados e Municípios, bem como as disponibilize publicamente.

Com relação à Zona Costeira, a Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), estabelece, entre outros, o ZEE como instrumento que se aplica à gestão da zona costeira de forma articulada e integrada dispondo que: Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão.

Foram instituídos a Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do ZEE, denominados Consórcio ZEE-Brasil. No âmbito da Zona Costeira, o ZEE é apoiado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO).

#### **g) Procedimentos para destinação de áreas da União**

A apresentação feita ao GI-GERCO caracterizou a competência da SPU e caracterizou as áreas costeiras, bens da União; a classificação sob a perspectiva do uso; o enquadramento nas categorias alienáveis e não alienáveis e os instrumentos para materializar a destinação.

Atualmente a SPU/MP é responsável pela destinação dos bens da União, como determinado na Constituição Federal, que traz, dentre outras, a concepção e estabelece a função social da propriedade como princípio da ordem econômica.

Por pertinência, o GI-GERCO sugere e solicita à CIRM para que a SPU faça parte do GT Uso Compartilhado.

#### **h) Projeto Orla**

Finalizando, a Sra. LEILA informou que o Planejamento Estratégico da SPU incentiva a operacionalização do Projeto Orla estando em elaboração um Seminário para discutir o uso e destinação de praias.

O Sr. MARCELO confirmou que, no momento, o Ministério do Turismo está desenvolvendo esforços para regularizar áreas federais do interesse do Projeto Orla, ainda este ano, tendo em vista a realização de evento internacional de grande porte, em Bonito/MS.

O Sr. BOTELHO concordou que seja feita no GT Uso Compartilhado a apresentação do trabalho realizado pelo MME a respeito do Zoneamento de Petróleo e Gás e, para tal, aguarda a marcação de uma data.

### **5.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - PSRM**

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao Almirante SILVA RODRIGUES para apresentar as atividades desenvolvidas pelas Ações relacionadas nos subitens 5.1 a 5.3 da Agenda.

#### **5.1 – Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas – PROARQUIPELAGO E PROTRINDADE**

O Secretário da CIRM destacou que a Marinha do Brasil deu continuidade às comissões logístico científicas em apoio aos programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, proporcionando a cerca de dois mil pesquisadores a oportunidade de desenvolver atividades científicas em Ilhas Oceânicas, nos últimos quinze anos. Nesses verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, são desenvolvidos projetos científicos com potencial econômico e importância estratégica para o país.

Salientou que, a ocupação permanente do Arquipélago de São Pedro e São Paulo requer esforço logístico complexo e custos elevados, mas proporcionou ao Brasil um considerável aumento de sua Zona Econômica Exclusiva, de cerca de 450 mil quilômetros quadrados.

Citou que, na Ilha da Trindade, na área reservada ao Posto Oceanográfico, foram implementadas melhorias pelo Comando do Primeiro Distrito Naval como a reforma da cozinha, o início da construção de um novo heliporto e instalação de novo grupo gerador. A SECIRM adquiriu duas

embarcações de polietileno de alta densidade, adequadas à operação no local, destinadas à melhoria do transporte de pessoal e material no movimento Navio-Ilha, tornando-o mais seguro e confiável.

Foram modernizadas também as instalações elétricas e a rede interna de internet com o objetivo de prover a Ilha de um sistema de comunicação satelital (telefonia e dados) adequado às necessidades atuais.

Além disso, o CEPEL concluiu o projeto de pesquisa para a instalação de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica), que permitirá uma economia de 90% no consumo de óleo combustível e a redução da emissão de CO<sup>2</sup> na atmosfera em cerca de 220 Toneladas/ano.

O próximo passo será a implementação do referido projeto, após disponibilização de recursos pela ELETROBRAS.

## **5.2 – Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima – GOOS/Brasil**

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), composto por redes de observação, visa à coleta de dados Oceanográficos e Climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical, marégrafos e ondógrafos, tendo como objetivo o monitoramento dos oceanos, do nível médio do mar e de ondas em águas rasas, para produzir informações que contribuam para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e das mudanças climáticas. Durante o ano de 2013, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuada a manutenção das boias fixas do PNBOIA e do PIRATA, dos marégrafos e dos sensores que integram as redes de observação, proporcionando a manutenção da capacidade de monitoramento do Atlântico Sul. Estão em operação, no momento, 7 boias do PIRATA, 4 boias do PNBOIA, 11 marégrafos e 1 ondógrafo.

Durante o ano em curso, foi realizado o lançamento de 21 boias de deriva ao longo da costa brasileira, estando previsto o lançamento de mais 17 boias, ainda em 2013. Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos Órgãos de previsão, à comunidade científica e utilizados como auxílio nas operações navais. Com tais informações, a Marinha do Brasil, por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso na Jornada Mundial da Juventude Rio 2013 e na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013.

Atualmente, o índice de operacionalidade das Redes atinge 85%, em uma meta prevista para 90%.

No momento, o Navio Hidroceanográfico “Cruzeiro do Sul” está realizando uma comissão no Nordeste e recuperou, recentemente, uma das boias do PIRATA que estava à deriva. A boia foi levada para o Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste, cuja entrega ao INPE ocorrerá ainda em 2013.

Os dados das boias estão disponibilizados na página [www.goosbrasil.org](http://www.goosbrasil.org).

Em nome do MCTI, a Dra. JANICE agradeceu à Marinha do Brasil, por intermédio da DHN, pela ação rápida para a recuperação da boia do PIRATA, ressaltando a prontidão daquela Diretoria que, em 24 horas, disponibilizou um navio para recuperar o dispositivo que estava à deriva, a mais de 250 milhas do seu ponto de fundeio.

### **5.3 – Promoção da Mentalidade Marítima – PROMAR**

O Almirante SILVA RODRIGUES informou que o Programa de Mentalidade Marítima – PROMAR, com ações de curto prazo, vem difundindo os Planos e Programas da CIRM, por meio de exposições, palestras e distribuição de material impresso e digital, permitindo ao público interno da Marinha do Brasil e da Sociedade Brasileira de diversas cidades, inúmeras iniciativas de estímulo e conscientização sobre a importância e a extensão dos espaços marítimos sob a jurisdição do Brasil, com foco nas vertentes econômica, ambiental, científica e de soberania.

Em 2013, foram realizadas 25 palestras e 31 exposições itinerantes sobre a “Amazônia Azul e o Brasil na Antártica” em diversos pontos do território nacional; distribuição de material impresso e filmes sobre os Programas desenvolvidos no mar e na Antártica; e doação de materiais de divulgação para 38 instituições governamentais e não-governamentais.

A SECIRM vem buscando o estabelecimento de parcerias com diversas entidades, com a finalidade de contribuir no desenvolvimento das atividades de divulgação e consolidação do conceito da "Amazônia Azul".

Na pasta de cada um dos participantes encontra-se um exemplar do INFOCIRM nº 3/2013, referente aos meses de agosto a dezembro, com distribuição quadrimestral de 3.000 exemplares impressos e 45.000 de forma eletrônica.

### **5.4 – Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPG-Mar**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MEC, Vice-Reitor da FURG, Prof. DANILO GIROLDO para relatar esse subitem. O Prof. DANILO apresentou, de forma sintética, as principais atividades desenvolvidas pelo PPG-Mar, no período compreendido entre setembro e novembro de 2013, destacando o seguinte:

**a) Publicações** – informou que o livro “Introdução às Ciências do Mar”, em fase final de diagramação, será lançado por ocasião do 6º EnCoGrad-Mar e distribuído anualmente para os estudantes de primeiro ano dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em Ciências do Mar do país. As demais publicações estão em fase de elaboração, conforme programado.

#### **b) Atividades dos Grupos de Trabalho**

-- **GT Empreendedorismo** – realizadas 4 edições da *Oficina de Empreendedorismo em Ciências do Mar em Rio Grande (FURG); São Paulo (IOUSP); Paulo Afonso/Ba; e Fortaleza/CE*. A 5ª edição está marcada para Teresina/PI, em 29 de novembro de 2013. O *Guia do Empreendedor em Ciências*



*do Mar* está em elaboração e, em tramitação, a minuta de Acordo de Cooperação entre o SEBRAE Nacional, SECIRM e FURG para difusão da cultura empreendedora na área de Ciências do Mar no País.

-- **GT Experiência Embarcada** – em andamento a licitação para construção de 4 Laboratórios de Ensino Flutuantes. No dia 30 de outubro, a FURG, instituição que ficou encarregada de executar o processo de aquisição, realizou a fase de habilitação das empresas interessadas na elaboração do projeto executivo e construção de 4 embarcações destinadas a servir de laboratórios de ensino flutuantes. O prazo de recursos esgota em 7 de novembro de 2013, com previsão de abertura das propostas na semana de 11 a 15 de novembro.

-- **GT Qualificação Docente** – vem trabalhando no tratamento dos dados das matrizes dos cursos e dos currículos do corpo docente visando à identificação das áreas carentes de formação, prevendo a apresentação dos resultados por ocasião do 6º EnCoGrad-Mar. Está em fase de conclusão o processo de adaptação, à área de Ciências do Mar, de material de apoio pedagógico destinado à capacitação docente, elaborado pela UNIVALI.

-- **GT Periódicos** – disponibilizado, através do Portal Ciências do Mar Brasil ([www.cdmb.furg.br](http://www.cdmb.furg.br)), o Programa de Apoio à Publicação em Periódicos Nacionais – PAP em Ciências do Mar, destinado a apoiar as publicações de estudantes de cursos de graduação e de programas de pós-graduação em Ciências do Mar em periódicos especializados nacionais.

-- **GT Mercado de Trabalho** – o instrumento de coleta de dados sobre o mercado de trabalho na área de Ciências do Mar, que será operacionalizado através do Portal Ciências do Mar Brasil ([www.cdmb.furg.br](http://www.cdmb.furg.br)), está em fase final de estruturação e estará disponível por ocasião do 6º EnCoGrad-Mar.

O Prof. DANILO citou que o Programa de Apoio à Atividade Embarcada (PAAE) apoiou 70 estudantes até o final de outubro, que participaram das seguintes Comissões no período:

- Comissão Costa Sul III, a bordo do NHo Cruzeiro do Sul (Rio de Janeiro (RJ) x Itajaí (RG); Itajaí (SC) x Itajaí (SC).

- Comissão Oceano Leste IV, a bordo do NOc Antares (Rio de Janeiro-RJ x Vitória-ES; Vitória-ES x Salvador-BA; Salvador-BA x Maceió-AL; e Maceió-AL x Rio de Janeiro-RJ).

Com relação ao levantamento sobre “Produção Científica, Teses e Dissertações“, o Prof. DANILO informou que se encontra em andamento a coleta de dados para construção do Repositório de Dissertações e Teses de Ciências do Mar, com estimativa de conclusão dos trabalhos para o segundo semestre de 2014. Quando concluído, o banco de dados será disponibilizado através do Portal Ciências do Mar Brasil ([www.cdmb.furg.br](http://www.cdmb.furg.br)).

Citou, ainda, que no período considerado o PPG-Mar participou dos seguintes eventos:

- Workshop – Recursos Marinhos: Conceitos e Reconhecimento, ocorrido em 14 de outubro, em São Paulo, SP, na UNESP, ocasião em que foi ministrada a palestra “Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar no Brasil”.

- XVIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca – XVIII CONBEP – ocorrido de 20 a 24 de outubro, em Paulo Afonso, BA, ocasião em que foi ministrada a palestra “Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar no Brasil”.

Finalizando, o Prof. DANILO enfatizou a realização do 6º Encontro de Coordenadores de Graduação e Pós-Graduação – 6º EnCoGrad-Mar que ocorrerá na cidade de Natal, RN, no período de 2 a 6 de dezembro, e reunirá, pela primeira vez, além dos coordenadores, os líderes de grupos de pesquisa que atuam em Ciências do Mar, com a finalidade de identificar as áreas que carecem de recursos humanos para o desenvolvimento das pesquisas em andamento neste domínio. Os resultados apurados serão encaminhados às agências de fomento, para servir de subsídio à tomada de decisão sobre investimentos em formação de recursos humanos em Ciências do Mar. Concluindo, o Prof. DANILO fez referência a liderança exercida pelo Prof. KRUG, Coordenador do PPG-Mar, como responsável pelas realizações desse Comitê Executivo.

O Almirante SILVA RODRIGUES salientou que a questão das embarcações para experiência embarcada é muito relevante. Trata-se de uma grande conquista e resultado de um trabalho do PPG-Mar. Lembrou que o Prof. DANILO se referiu apenas a 4 embarcações a serem construídas inicialmente, mas que o Secretário-Executivo do MEC, quando da aceitação da proposta encaminhada àquele Ministério, prometeu que ao final do processo, das 9 embarcações construídas, uma seria destinada à Marinha.

### **5.5 – Biotecnologia Marinha - BIOMAR**

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra à Dra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ para relatar as atividades do BIOMAR.

A Dra. JANICE informou que o BIOMAR está acompanhando a finalização do Edital que se encontra aberto para a formação de redes de pesquisa em biotecnologia marinha. O MCTI tem recebido muitas informações e consultas pela comunidade científica, levando a crer que até o final do PPA em vigor surjam muitas ações empreendidas sobre esse assunto.

### **5.6 – Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - PROAREA**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE para relatar as atividades do PROÁREA, tendo o Secretário MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ destacado o seguinte:

#### **a) Plano de Trabalho para prospecção de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande**

A respeito das atividades do PROÁREA é importante ter em mente a relevância que a comunidade internacional começa a atribuir às atividades no âmbito da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). Lembrou que em 2000 foi aprovado o primeiro código de exploração de nódulos polimetálicos, e no ano seguinte, foram assinados os primeiros contratos. Agora, a ISBA, a partir da próxima reunião do Comitê Jurídico e Técnico, começará a analisar os estudos iniciais para a elaboração de um código de mineração, ou seja, o código de exploração. Por isso é importante salientar o trabalho realizado para montar e aprovar a nossa proposta de submissão do “Plano de Trabalho para Exploração de Crostas Ferromagnéticas Ricas em Cobalto”. Ressaltou que a concretização dessa aprovação carece de uma certa urgência, tendo em vista que na reunião do ano passado foram aprovadas propostas de Plano de Trabalho da China e do Japão, e ficaram pendentes as propostas da Rússia, Índia, Cingapura e Reino Unido. Assim, para ser analisada na próxima reunião, a proposta brasileira já teria que entrar numa fila. Enfatizou a urgência para que a Proposta aprovada tecnicamente na Sessão Extraordinária 1-2013 da CIRM seja encaminhada da maneira mais célere possível com a exposição de motivos para as assinaturas. Finalizando, o Secretário PARANAGUÁ cumprimentou os membros do PROÁREA pelo grande trabalho na montagem da proposta e pelo esforço exercido para a melhoria da mesma.

O Sr. LUIS FERNANDO indagou quais são os ministros que deverão assinar a Exposição de Motivos. O Secretário PARANAGUÁ respondeu que são os titulares do MD, MRE, MCTI e MME. O Sr. BOTELHO perguntou se já está definido quem assinará o Certificado de Capacidade Financeira e o Certificado de Patrocínio. O Secretário PARANAGUÁ respondeu que falta definir quem assinará esses Certificados. O Almirante SILVA RODRIGUES ressaltou que existe um certo consenso de que o Ministro do Planejamento assinaria o Certificado de Capacidade Financeira e o Ministro das Relações Exteriores assinaria o Certificado de Patrocínio. Os representantes do MP, do MME e o Secretário da CIRM relataram sobre quem deveria assinar os Certificados, e o Almirante MOURA NETO propôs que o Secretário da CIRM promovesse uma reunião com o MRE, MP e MME para definir o encaminhamento da Exposição de Motivos.

A Dra. JANICE ressaltou que o MCTI encaminhou um parecer técnico relacionado a essa proposta, o que gerou uma ou duas reuniões de trabalho para o aperfeiçoamento da mesma. No entanto, observou que causa inquietação a redução dos dias de mar de 450 para 120, considerando que foi incluída uma nova área (área bravo) e que as informações ambientais disponíveis ainda não têm uma base de conhecimento científico estabelecida, e necessária, a partir de agora, para os relatórios que deverão ser encaminhados pelo Governo brasileiro, à ISBA. Enfatizou que essa é uma preocupação de natureza técnica e que entende que se trata de uma proposta viva, mas como

brasileira, se sente constrangida de propor atividades que, sabidamente, não se encaixariam em 120 dias de mar.

O Sr. BOTELHO afirmou que não existe, por parte do MME, nenhum problema ter os 450 dias de mar e que poderiam ser ajustados no documento, e que preocupa como essa pendência poderá retardar o encaminhamento do processo internamente no MCTI. Salientou que considera muito 4 ministérios assinando o documento, antes de chegar na Casa Civil, o que dificulta com relação aos prazos e orientou no sentido de que seja feito um corpo a corpo internamente nos Órgãos e na Casa Civil para tornar mais célere o encaminhamento final.

O Almirante MOURA NETO, considerando que o plenário da CIRM aprovou na Sessão Extraordinária 1-2013 a Proposta de Plano de Trabalho com aperfeiçoamentos complementares, e que foram solicitados formalmente pelo MCTI, propôs que o documento siga com urgência para a assinatura da Presidente, para que não seja perdido o prazo para a entrada do documento na ISBA.

A Dra. JANICE alegou que a ATA registra claramente que houve a citada aprovação com a ressalva de que o MCTI havia solicitado uma melhoria do embasamento científico da proposta. Reitera o entendimento da Pasta de que seria muito difícil, para quem lê a proposta, aferir que os dias de mar propostos seriam suficientes para a condução da proposta que se objetiva executar.

Com relação ao aspecto “disponibilização de meios flutuantes”, a Dra. JANICE avaliou que o País precisará também de navios de “Estado” para fazer as pesquisas propostas e de que aumentar os dias de mar poderiam considerar, até mesmo, o emprego do novo navio oceanográfico que está sendo construído, em consorcio entre o MD, o MCTI, a Petrobras e a Vale. Finalizando, a Dra. JANICE informou que no âmbito do MCTI, a Coordenação para Mar e Antártica fará o corpo-a-corpo e o devido acompanhamento junto ao setor jurídico, garantindo a pronta assinatura da Exposição de Motivos, pelo Ministro Raupp.

O Almirante SILVA RODRIGUES reiterou que a proposta que o MCTI enviou por intermédio do Secretário CARLOS NOBRE foi discutida em três reuniões com representantes de vários ministérios, inclusive o MCTI. Com relação aos dias de mar, informou que, segundo o Dr. ROBERTO VENTURA, a redução foi feita considerando que já existem muitos dados coletados pelas comissões. Finalizando, o Almirante SILVA RODRIGUES reforçou a sugestão do Coordenador da CIRM para que o documento seja encaminhado para a Casa Civil e posteriormente seja discutida a questão dos dias de mar.

A Dra. JANICE enfatizou, mais uma vez, que os dados que já foram coletados não servem como “base” para a proposta que será encaminhada à ISBA, sendo necessário fazer o levantamento ambiental e, para tanto, que os dias de mar propostos não parecem ser suficientes. Enfatizou ainda que não vê nenhuma dificuldade em atender os dias de mar necessários e tocar a proposta adiante

sem mudar o que foi aprovado na reunião extraordinária da CIRM.

O Sr. RODRIGO esclareceu que o processo será inserido no SIDOF pelo Ministério da Defesa, sendo importante monitorar a tramitação e fundamental conseguir espaço para o despacho com a Presidenta da República o quanto antes.

O Almirante MOURA NETO lembrou que o plenário da CIRM trabalha sempre de comum acordo, e propôs que vamos definir quem assinará o documento; vamos encaminhar o processo; e vamos discutir os dias de mar. Para isso, determinou ao Secretário da CIRM que coordenasse a discussão sobre a questão de dias de mar e lembrou que não será complicado ajustar essa questão, ainda mais se for considerada a possibilidade de emprego do novo navio oceanográfico com capacidade para fazer estudos de bioprospecção e geoprospecção. Assim, ficou decidido seguir adiante com a tramitação, que é demorada, ao mesmo tempo em que se discutem os aspectos da assinatura do documento e a questão dos dias de mar.

### **5.7 – Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - REMPLAC**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MME para relatar as atividades do REMPLAC, tendo o Sr. JOSÉ BOTELHO NETO solicitado ao Sr. UBALDINO que comentasse a respeito do assunto. O Sr. UBALDINO informou que considerando que a equipe que trabalha no PROAREA é a mesma que desenvolve as atividades do REMPLAC e entendendo a importância dos estudos em torno da Elevação de Rio Grande (ERG), tanto o MRE como a CPRM têm voltado os seus esforços para a ERG, diminuindo o ritmo das atividades do REMPLAC. Mesmo assim, a CPRM está concluindo o Termo de Referência para nova expedição, no próximo ano, em prol do PROAREA com levantamento na ERG e na Cordilheira Mesoatlântica. Com relação ao REMPLAC estão sendo fechadas as últimas discussões da programação do workshop para elaboração do Plano de Trabalho, para até 2015. Dentre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela CPRM citou: levantamentos na plataforma rasa do nordeste; trabalho de análise das amostras recebidas da DHN; Projeto Diamantes com análise de amostras e fechamento do Termo de Referência para contratação da nova embarcação para os próximos levantamentos; e mapeamento da geometria dos canais no Projeto Jequitinhonha. Informou ainda que será indicado novo coordenador para o REMPLAC em substituição ao Dr. LUIZ FERNANDO MAGALHÃES. Finalizando, o Sr. UBALDINO ressaltou a participação do MME/CPRM no esforço concentrado para a melhoria e atualização da proposta do “Plano de Trabalho para Prospecção de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande” que será apresentado à ISBA.

O Sr. BOTELHO acrescentou que já está em discussão no MME/CPRM a possibilidade de incluir no PAC recursos que viabilizem a realização em 2014 de pesquisas na ERG em prol do LEPLAC.

## **5.8 – Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - REVIMAR**

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao representante do MMA, tendo o Dr. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI comentado que, de uma forma geral, as questões ambientais nunca andam sozinhas, principalmente no plano internacional, estando sempre ligadas a elementos políticos, ambiental, territorial, econômicos etc, e perpassam a ciência com a coleta de dados científicos pertinentes. Comentou ainda que no âmbito da CIRM, embora o MRE desenvolva a parte política em boas condições, a coordenação técnica entre os ministérios temáticos tem se revelado frágil, e que a CIRM tem se mostrado como um fórum para trazer as demandas de coordenação. Independente dos ministérios desenvolverem entre eles mesmos as coordenações necessárias e estabelecerem um sistema de troca de informações e de construção de políticas entre os Órgãos, seria interessante que pudessem encaminhar recomendações concretas para a CIRM. Com relação ao REVIMAR, citou que essa Ação é o carro-chefe da área do meio ambiente, considerando que sem a visão clara do monitoramento das espécies e dos estoques populacionais, as decisões sobre uso do território marítimo ficam inteiramente prejudicadas. Ressaltou o GEF-Mar como muito importante para as atividades do REVIMAR, por tratar-se de um projeto aprovado para o levantamento em grande escala da biodiversidade marinha numa parceria entre o MMA, a Petrobras, o MME e o Banco Mundial. Para o desenvolvimento desse projeto eram necessários vários acertos, mas que na semana passada chegou-se a um entendimento com o MME, obtendo-se sinal verde para que o GEF-Mar possa contribuir para o monitoramento das espécies marinhas. Considerou como outra pauta relevante a questão dos recursos vivos marinhos e, a respeito, assegurou que a situação do Brasil não é muito diferente de outros países. Como exemplo, citou a Austrália com as maiores áreas marinhas protegidas do mundo, e que na opinião de cientistas australianos foram cometidos erros quando da determinação das citadas áreas marinhas, o que vai onerar o governo australiano. Afirmou que aqui no Brasil as áreas marinhas ainda são áreas muito pequenas, mas temos a oportunidade de criar áreas marinhas protegidas com qualidade, atendendo as prioridades. Aproveitou para elogiar a posição e a parceria da Marinha junto com o MMA no desenho da proposta do Parque Nacional Marinho de Alcatrazes. Reconheceu a parceria com o MPA, pois a questão da pesca é fundamental, tendo em vista que a pesca é justificativa para proteção, e também é uma das demandas sobre o consumo. Lembrou que a pesca marítima estabilizou desde a década de 1980 em termos de quantidade e que toda a expansão do pescado está sendo observada pela aquicultura em águas interiores ou costeiras, o que justifica o esforço do MPA para desenvolver a aquicultura no Brasil. Citou que os estoques de pescados marinhos não vai crescer, e o que precisa ser feito é impedir o colapso. Quanto à questão de pesquisa, o problema é conseguir informações necessárias para fazer uma gestão ideal com custos

elevados. Ressaltou a importância de unir as diversas áreas e melhorar a qualidade dos nossos modelos, considerando uma variação de cenários muito grande e a compreensão de que a área marinha possui grande variabilidade. Das atividades do REVIMAR considerou prioritárias: o projeto de monitoramento das espécies marinhas que estão sob uso econômico, pois determina período de defesa de pesca, quais as áreas de exclusão e quais são os períodos e apetrechos que podem ser usados; a avaliação das áreas críticas, tanto as ilhas como as áreas marinhas adjacentes; os manguezais e recifes de corais; e a avaliação do GEF-Mar com o MME e Petrobras.

Dando sequência, solicitou ao Dr. PAULO ROGÉRIO que discorresse sobre as atividades da Ação REVIMAR, tendo o mesmo relatado que com o propósito de retomar as atividades do REVIMAR, o MMA e o IBAMA se reuniram para discutir sobre a Meta 1, que visa estabelecer um programa de monitoramento das espécies marinhas. Com isso, objetiva-se construir um sistema de gestão de informações sobre biodiversidade marinha que permita o intercâmbio de dados para os diversos programas setoriais, contribuindo assim para a gestão do uso compartilhado do mar, outra iniciativa que está em curso no âmbito da CIRM.

Após reunião com o IBAMA, foi encaminhado ao MMA uma minuta de PNT do “Projeto de Monitoramento das Espécies Marinhas em Situação de Uso”, ainda em análise interna.

Como informado em reuniões anteriores, das sete metas da Ação REVIMAR contidas no VIII PSRM, quatro vêm sendo executadas sob a coordenação do ICMBio (avaliação das espécies marinhas; monitoramento de manguezais; monitoramento de recifes de corais; e plano de ação para espécies marinhas ameaçadas). Os resultados alcançados até o momento demonstram atendimento parcial das metas, como é o caso da elaboração de planos de ação.

A meta sobre áreas marinhas protegidas ainda, como comentado pelo Dr. ROBERTO CAVALCANTI, depende de desdobramentos internos. A fiscalização do uso dos recursos vivos marinhos, sob a coordenação do IBAMA, tem apresentado resultados em operações em parcerias com outros órgãos como a MB, o DPF e a Polícia Ambiental.

O Almirante MOURA NETO afirmou que concorda plenamente com o que foi relatado pelo Dr. ROBERTO CAVALCANTI, pois a CIRM é um grande colegiado voltado para as questões dos recursos do mar, mas considerou que é de fundamental importância o contato bilateral entre os ministérios. Salientou que não se resolve tudo no plenário, sendo muito importante o entendimento entre os Órgãos. O que se oferece é a Secretaria da CIRM para fazer qualquer tipo de coordenação nas discussões, independente de vir para ao plenário da CIRM, para que se chegue a uma posição equilibrada.

A Sra. MARIÂNGELA cumprimentou o MMA pela iniciativa de reativar o REVIMAR com uma nova postura de trabalho e, que sob nova visão, seja resguardada a gestão compartilhada dos

recursos pesqueiros, ainda um grande desafio de governo. Ressaltou quanto ao monitoramento de espécies marinhas a legislação estabelece o entendimento de que os dados da produção pesqueira são da competência do IBGE, e informa que está sendo estruturada a rede nacional de monitoramento da produção pesqueira. Com relação ao monitoramento dos recursos biológicos, considerou ser um desafio muito maior, por ser um recurso renovável muito dinâmico e que vai exigir esforços concentrados, principalmente do MPA, MMA e MP.

A Sra. MARIÂNGELA citou que no relato do Dr. ROBERTO CAVALCANTI chama a atenção um ponto da fala que reviva a proposta da instituição das zonas de exclusão de pesca, pois já existe o entendimento de que apontar essas zonas é uma postura proibitiva, e de que a política de conservação não deveria partir desse princípio da exclusão.

O Dr. ROBERTO CAVALCANTI ponderou que zona de exclusão não se refere a tudo ou nada, trata-se de definir no ordenamento conjunto quais apetrechos podem ser utilizados, quais pescas são praticadas e em quais regiões. As áreas protegidas é que são áreas de conservação, e tendo em vista a manutenção dos estoques, todas as pescas brasileiras tem a regulação do tipo de apetrechos e quais os usos.

A Sra. MARIÂNGELA esclareceu que a política de zona de exclusão como ferramenta de conservação tem uma postura de não permitir nenhuma atividade antrópica, e a política de conservação estabelece categorias de uso e ordenamento compartilhado considerando parâmetros ambientais, econômicos e sociais.

### **5.9 – Aquicultura e Pesca – AQUIPESCA**

O Coordenador concedeu a palavra à representante do MPA, Sra. MARIÂNGELA DE LORENZO tendo a mesma justificado a ausência do representante titular nas 3 últimas Sessões Ordinárias da CIRM. Com relação ao AQUIPESCA explicou que essa Ação ainda não conseguiu efetivar o seu Comitê Executivo e, até o momento, não conseguiu decolar pois continua na dependência de nomeações de técnicos concursados. Citou como realizações do MPA, o desenvolvimento de um Plano Nacional de Formação, Capacitação e Qualificação do Setor Pesqueiro Brasileiro, junto ao MEC; e a Marinha do Brasil, com curso específico para aquaviários que já exercem as suas atividades pesqueiras há anos e não tem escolaridade necessária (carteira de aquaviário); e o credenciamento dos Institutos Federais para trabalhar na qualificação de profissionais da pesca. Finalizando, a Sra. MARIÂNGELA informou que o MPA vai encaminhar expediente ao PPG-Mar com vistas as possibilidades daquele Comitê desenvolver atividades voltadas para o ensino médio/técnico de capacitação e formação dos profissionais da pesca.

O Almirante SILVA RODRIGUES sugeriu que no próximo EnCoGrad-Mar haja um módulo sobre a atuação das Escolas Técnicas para que o PPG-Mar atue também no ensino técnico. O Prof. DANILO



considerou interessante a ideia e informou que no MEC/REUNE foram lançados alguns cursos para tecnólogos e que a sugestão será encaminhada ao coordenador do PPG-Mar.

A Sra. MARIÂNGELA lembrou que já existem alguns Institutos Federais voltados para a pesca e aquicultura e que é necessário fortalecer essas estruturas para melhor atender a formação profissional do público que trabalha nesse área, inclusive o aprendiz de pesca.

A Dra. JANICE informou que o MEC solicitou formalmente a sua participação na composição no INPOH com o objetivo específico de aproximar mais os Institutos Federais do conhecimento científico e tecnológico a ser potencialmente gerado pelo INPOH.

## **6.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PROANTAR**

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao Secretário da CIRM, que apresentou o seguinte relato sobre o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR):

### **6.1 - Operação Antártica XXXII**

A OPERANTAR XXXII foi iniciada no último dia 6 de outubro, com o suspender do Rio de Janeiro do Navio Polar Almirante Maximiano e do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel.

No período de 9 a 12 de outubro, os navios estiveram atracados no porto de Rio Grande para o embarque do restante da carga oriunda da Estação de Apoio Antártico de Rio Grande, e o recebimento das vestimentas especiais. No dia 13 de outubro, os navios suspenderam rumo à Antártica onde, desde o dia 21, realizam atividades de pesquisa no continente gelado.

Nessa OPERANTAR serão apoiados 21 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento, envolvendo cerca de 300 pessoas, dentre pesquisadores e alpinistas. Das atividades a serem realizadas, destacam-se as pesquisas de estudo da biodiversidade e do ecossistema antártico, as investigações sobre as mudanças climáticas naquela região e suas consequências em nível global e as pesquisas nas áreas de oceanografia, glaciologia e geologia.

O Navio Polar Almirante Maximiano está designado para apoiar 12 projetos de pesquisas e o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, além de ser o responsável pela logística da Operação, apoiará 7 projetos de pesquisa.

Também em outubro, foi realizado o 1º voo de apoio logístico, no período de 26 a 31, com o transporte de pessoal e carga entre o Brasil e a Antártica. Neste voo foram levados os 15 integrantes do Grupo-Base Albatroz, que substituirá o Grupo-Base Petrel e coordenará as atividades na área da Estação Antártica Comandante Ferraz, de novembro deste ano até novembro de 2014.

Nessa Operação, o PROANTAR cooperará com os Programas Antárticos da Bulgária, Chile, Equador, Espanha, Peru e Portugal e pelo segundo ano consecutivo, pesquisadores brasileiros ocuparão a Estação Antártica Câmara, da Armada Argentina.

Teremos também, na OPERANTAR XXXII, pela primeira vez, o uso dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) em sua plenitude, pois essas instalações, além de abrigar 15 militares do Grupo-Base Albatroz, suportarão o desenvolvimento das atividades de seis (6) projetos de pesquisa.

## **6.2 – Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)**

A Marinha do Brasil recebeu, no dia 10 de outubro, o Projeto Executivo para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Selecionado em abril, após um concurso organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com mais de 100 inscritos, o Projeto foi elaborado pelo escritório de arquitetura Estúdio 41, de Curitiba, que levou em conta as considerações da Marinha e dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Meio Ambiente para ser preparado.

O Projeto foi revisado, visando a atender às exigências relatadas pela Comissão Técnica, instituída pela SECIRM, para analisar e avaliar o Projeto Executivo e Complementares necessários à reconstrução da EACF e foi concluído no dia 25 de outubro.

Está prevista uma área em torno de 4.500 m<sup>2</sup> do edifício principal e de cerca 500 m<sup>2</sup> das unidades isoladas. A Estação será construída no mesmo local da anterior, com capacidade para abrigar até 64 pessoas. De acordo com o Projeto, o custo estimado para a construção das edificações é de cerca de cento e trinta e sete milhões de reais.

O Edital para selecionar a empresa de engenharia especializada que vai construir o novo complexo foi publicado em 5 de novembro de 2013.

O Almirante SILVA RODRIGUES, comunicou que quatro unidades isoladas (Ipanema, Ponta Plaza, Refúgios I e II) ficaram fora do Edital em atendimento ao Parecer do MMA que enfatiza que os projetos dessas unidades deverão ser submetidos ao Comitê de Proteção Ambiental da Antártica (CEP), para Avaliação Global de Impacto Ambiental, por estar prevista a ampliação de 158%, 230% e 353%, respectivamente.

Informou, ainda, que os projetos dessas unidades isoladas fazem parte do Estudo de Avaliação Ambiental, contratado pela SECIRM junto à Ardea Consultoria Ambiental, e deverá ser submetido ao CEP na próxima reunião. Caso seja aprovado antes do término da obra, será feito um aditivo ao contrato.

Entre dezembro deste ano e março de 2014, será feito o levantamento geotécnico na área, iniciada a execução do plano de remediação no espaço afetado pelo incêndio e envidados esforços para que seja executada a fundação da Nova Estação. Complementando a apresentação foi exibido um vídeo com detalhes do projeto arquitetônico da nova Estação.

## **7.0 - SUBCOMISSÃO PARA O LEPLAC**

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário PARANAGUÁ, representante do MRE, para relatar as atividades do LEPLAC. O Secretário PARANAGUÁ informou que em relação aos trabalhos da Subcomissão para o LEPLAC, na reunião realizada no dia 11 de setembro último, os principais pontos discutidos foram a respeito da submissão de uma proposta parcial da Área Sul. Explicou que o Brasil está trabalhando na coleta e análise de dados para a apresentação da proposta revista à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Tendo em vista o precedente de outros países, a Subcomissão para o LEPLAC decidiu que seria mais recomendável que o Brasil não apresentasse a sua submissão num pacote completo, e que fosse considerada a possibilidade de apresentar as áreas parcialmente. Para isso, foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pelo MRE, por intermédio da Secretária BÁRBARA BOECHAT para a elaboração da proposta política do LEPLAC, em conjunto com a análise dos dados técnicos, de forma que o Brasil possa apresentar para a aprovação da CIRM em setembro/outubro do próximo ano uma submissão referente à Área Sul, ao mesmo tempo em que as outras Áreas continuam sendo trabalhadas. A parte técnica já está bastante adiantada e o trabalho político/jurídico está se delineando de forma consistente para que o Brasil apresente uma submissão revista parcial da Área Sul. Registrou, também, que havia uma discrepância de dados do limite exterior na página da Internet na DOALOS por não incluir os dados entregues à ONU em 2006, conforme citado anteriormente em Sessão da CIRM. Com vistas a corrigir essa falha, o MRE já informou oficialmente a nossa missão em Nova York para que trate junto à Divisão desse assunto na ONU, para que sejam feitas as retificações.

## **8.0 - OUTROS ASSUNTOS**

O Almirante MOURA NETO concedeu a palavra ao Secretário da CIRM, para relatar os subitens 8.1 e 8.2 da Agenda.

### **8.1 - Processo Regular**

O Almirante SILVA RODRIGUES comentou que o Seminário Atlântico Sul Ocidental realizado em setembro último, contou com 44 participantes, na sua maioria especialistas brasileiros em Ciências do Mar, bem como 2 diplomatas argentinos e representantes dos Ministérios da Saúde, de Minas e Energia, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Meio Ambiente, da Pesca e Aquicultura, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, da Marinha do Brasil e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

O Seminário organizado pela SECIRM contou com o apoio dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, da Marinha do Brasil, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

(CENPES-PETROBRAS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O tema central do evento foi a Primeira Avaliação Global dos Oceanos (WOA I), que consiste na fase inicial do Processo Regular para a Avaliação Integrada do Ambiente Marinho, incluindo aspectos socioeconômicos (Processo Regular). Este processo tem como propósito contribuir para a “melhor compreensão dos oceanos e o desenvolvimento de um mecanismo global que forneça informações, com base científica, aos tomadores de decisões e ao público em geral”.

As informações integradas resultantes do Seminário foram apresentadas como contribuição brasileira aos debates do Workshop Regional do Atlântico Sul, conduzido na Costa do Marfim, África. O Workshop em Grand Bassam, de 28 a 30 de outubro de 2013, contou com aproximadamente 50 participantes, dentre eles representantes da Convenção de Abidjan, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e especialistas dos países costeiros da região.

A América Latina se fez representar por 2 participantes da Argentina, 2 do Uruguai e 4 do Brasil (BEATRICE PADOVANI FERREIRA – membro do Grupo de Especialistas do Processo Regular; Dr. FABIO HAZIN – especialista em pesca; Dr. ALEXANDER TURRA - especialista em Gerenciamento Costeiro; e a Comandante COSTALUNGA – representante da SECIRM). Os participantes reconheceram o estágio avançado em que se encontra o Processo Regular no Brasil em relação aos demais países costeiros do Atlântico Sul e adotaram o relatório do seminário realizado em Brasília como base para os trabalhos desenvolvidos em Grand Bassam.

O Sr. BOTELHO, representante do MME indagou se no Workshop da Costa do Marfim houve a participação de representante do MRE, tendo o Almirante SILVA RODRIGUES informado que não, mas que, a delegação brasileira contou com o acompanhamento de um diplomata uruguaio, representante da ZOOPACAS e participante do encontro.

## **8.2 - Uso Compartilhado do Ambiente Marinho**

No decorrer de 2013, percebendo a necessidade de compatibilização dos diversos interesses e pressões que se manifestam sobre os mares e oceanos, tanto de ordem econômica, como social e ambiental e na busca pelo desenvolvimento de uma mentalidade de uso sustentável daqueles espaços, salvaguardando interesses estratégicos e de Defesa Nacional, foi criado, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o GT “Uso Compartilhado do Ambiente Marinho”, institucionalizando os debates relacionados à governança dos oceanos, conforme previsto na Rio+20.

O GT em pauta objetiva propor a adequação do marco institucional, normativo e regulatório vigente, buscando a harmonização das políticas, normas e definições relacionadas ao “Uso Compartilhado do Ambiente Marinho”, e estabelecer diretrizes, ferramentas e metodologias adequadas, que possam ser

utilizadas em apoio ao processo de tomada de decisões relacionadas ao uso do mar.

Na 1ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho foram criados dois subgrupos para tratar de questões específicas, particionando a abordagem do tema, sendo eles o Subgrupo de Legislação e Subgrupo de Planejamento Espacial Marinho.

O Subgrupo de Legislação, a ser coordenado pelo representante do MME, visa estudar a legislação em vigor, com a orientação inicial de identificar eventuais conflitos existentes no âmbito da gestão do ambiente marinho e de seus recursos, propor as adequações que se façam necessárias e indicar os instrumentos possíveis para legitimação dos resultados das discussões do GT, enquanto que o Subgrupo de Planejamento Espacial Marinho, sob a supervisão do representante do MMA, tem por objetivo identificar metodologias de planejamento espacial marinho existentes, a fim de sugerir a(s) mais aceitável(eis) para implementação em nível nacional.

Após as indicações, por parte dos Membros do GT, de representantes ou colaboradores para integrar os referidos Subgrupos, deverá ser agendada uma próxima sessão ordinária, afim de que seja estabelecida a metodologia de condução das atividades e definido o cronograma de trabalho de cada Subgrupo.

#### **9.0 - DATA DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CIRM**

O Almirante MOURA NETO propôs que a próxima Sessão Ordinária da CIRM seja realizada no dia 24 de abril de 2014.

#### **10.0 – ENCERRAMENTO**

Finalizando, o Coordenador agradeceu a todos pelas presenças e declarou encerrada a 185ª Sessão Ordinária da CIRM.